

CORREIO ECONÔMICO

POR
MARTHA IMENES

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



Mesmo com superávit, país acumula déficit de R\$ 55,4 bi

Governo fecha janeiro no azul: sobrou R\$ 103,7 bil nas contas

Em janeiro de 2026, o governo conseguiu fechar as contas no azul, com superávit de R\$ 103,7 bilhões. Apesar disso, os juros altos e o peso da dívida continuam preocupando. Nos últimos 12 meses, o país ainda acumula déficit de R\$ 55,4 bilhões. Comparando com janeiro de 2025, o saldo foi um pouco menor – naquela época o superávit tinha sido de R\$ 104,1 bilhões.

Mesmo com esse bom resultado no mês, olhando para os últimos 12 meses o setor público ainda está no vermelho: o déficit acumulado é de R\$ 55,4 bilhões, o que representa 0,43% de tudo que o país produz (PIB). As estatísticas fiscais foram divulgadas pelo Banco Central (BC).

Déficit de R\$ 55,4 bilhões

Em 12 meses, o setor público consolidado foi deficitário em R\$ 55,4 bilhões, 0,43% do Produto Interno Bruto (PIB). Em janeiro, a conta do Governo Central teve superávit primário de R\$ 87,3 bilhões ante resultado negativo de R\$ 83,2 bilhões em janeiro de 2025. O montante difere do resultado divulgado pelo Tesouro Nacional, de déficit de R\$ 86,9 bilhões, porque o BC usa uma metodologia diferente, que leva em conta a variação da dívida dos entes públicos.

Freepik



Governos regionais tiveram resultado positivo

Governos estaduais e municipais

Os governos regionais – estaduais e municipais tiveram resultado positivo de R\$ 21,3 bilhões em janeiro passado contra R\$ 22 bilhões em igual mês de 2025, contribuindo para aumentar o superávit das contas públicas. Em sentido contrário, as empresas estatais federais, estaduais e municipais – excluídas dos grupos Petrobras e Eletrobras – contribuíram para a redução do superávit das contas consolidadas, com o resultado negativo de R\$ 4,9 bilhões em janeiro. No mesmo mês de 2025, houve déficit de R\$ 1 bilhão.

Gastos com juros de R\$ 63,3 bilhões

Os gastos com juros ficaram em R\$ 63,6 bilhões no mês passado, influenciados pela alta da taxa básica de juros – Selic – e do estoque do endividamento líquido no período. Com isso, o resultado nominal das contas públicas – formado pelo resultado primário e os juros – caiu, na comparação interanual. No mês de janeiro, o superávit nominal ficou em R\$ 40,1 bilhões.

Em 12 meses

Em 12 meses encerrados em janeiro, o setor público acumula déficit R\$ 1,1 trilhão, ou 8,49% do Produto Interno Bruto (PIB). O resultado nominal é levado em conta pelas agências de classificação de risco ao analisar o endividamento de um país, indicador observado por investidores.

Dívida líquida

A dívida líquida do setor público – balanço entre o total de créditos e débitos dos governos federal, estaduais e municipais – chegou a R\$ 8,3 trilhões em janeiro, o que corresponde a 65% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país), redução de 0,3 ponto percentual do PIB no mês.

Redução

A redução se deve ao superávit primário do mês, à variação do PIB nominal e aos ajustes da dívida externa líquida, compensados pelos juros nominais apropriados e pela apreciação cambial de 4,9% em janeiro. Como o país é credor em moeda estrangeira, um aumento do dólar significa aumento da dívida líquida.

Dívida bruta

No mês passado, a dívida bruta do governo geral (DBGG) – que contabiliza apenas os passivos dos governos federal, estaduais e municipais – chegou a R\$ 10,1 trilhões ou 78,7%, mesmo percentual do PIB observado no mês anterior. Assim como o resultado nominal, a dívida bruta é usada para traçar comparações internacionais.

BC prejuízo I

Após um ano de lucro, o Banco Central (BC) fechou o balanço no negativo, por causa da queda do dólar. Depois de registrar lucro de R\$ 270,9 bilhões em 2024, a instituição teve prejuízo de R\$ 119,97 bilhões em 2025. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou o balanço do órgão no ano passado.

BC prejuízo II

Em relação às operações cambiais, como swap (venda de dólares no mercado futuro) e variação das reservas internacionais, houve prejuízo de R\$ 150,26 bilhões em 2025. Isso ocorre porque o dólar caiu 11,18% no ano passado, o que provoca perdas na hora de converter as operações cambiais para reais.



No grupo alimentação, o tomate (10,09%) impactou o resultado

Educação, transportes e alimentação puxam IPCA-15

Nos últimos 12 meses, a prévia da inflação ficou em 4,10%

Por Martha Imenes

Educação, transportes, tomates e carne impactaram a prévia da inflação oficial (Índice de Preços ao Consumidor Amplo - 15) de fevereiro, que subiu 0,84%. O resultado mostra aceleração em relação a janeiro, quando o IPCA-15 ficou em 0,20%. O levantamento é realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No acumulado de 2026, segundo o IBGE, o IPCA-15 está em 1,04%. Nos últimos 12 meses, a inflação medida pelo índice foi de 4,10%, abaixo dos 4,50% do período anterior.

O maior impacto veio do grupo educação, que subiu 5,20% por causa dos reajustes nas mensalidades escolares e cursos no início do ano letivo. Esse grupo sozinho respondeu por 0,32 ponto percentual da alta.

Os transportes também pesaram com alta de 1,72% e impacto de 0,35 ponto percentual. Já os demais grupos tiveram variações menores, como vestuário (-0,42%) e saúde e cuidados pessoais (0,67%).

Alimentação e habitação

Na alimentação, os preços subiram 0,20%. Dentro desse grupo, o tomate (10,09%) e as carnes (0,76%) puxaram a alta, enquanto arroz (-2,47%), frango em pedaços (-1,55%) e frutas (-1,33%) ficaram mais baratos.

“A alimentação fora do domi-

cílio registrou maior variação que no domicílio: 0,46%, com as altas da refeição (0,62%) e do lanche (0,28%)”, informou o IBGE.

O grupo habitação, que havia caído em janeiro, subiu 0,06% em fevereiro. Taxa de água e esgoto (1,97%) e aluguel residencial (0,32%) foram os principais aumentos. Em contrapartida, a energia elétrica caiu 1,37%, graças à bandeira tarifária verde, sem custo adicional para os consumidores.

Entre as regiões pesquisadas, São Paulo teve a maior variação, de 1,09%, influenciada pelas passagens aéreas (16,92%) e cursos regulares (6,34%). Já Recife registrou a menor alta, de 0,35%, puxada pela queda no transporte por aplicativo (-10,34%) e na energia elétrica (-2,32%).

Pesquisa

O levantamento considera famílias com renda de 1 a 40 salários mínimos e abrange as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba, além de Brasília e do município de Goiânia. A próxima divulgação do IPCA-15, referente a março, está marcada para o dia 26.

De acordo com o IBGE, foram analisados os preços coletados no período de 15 de janeiro de 2026 a 12 de fevereiro de 2026 (referência) e comparados com aqueles vigentes de 13 de dezembro de 2025 a 14 de janeiro de 2026 (base).